

Lopes, Paulo Catarino ed. (2019). *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI: olhares, relações, identidade(s)*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 399 p., ISBN 978-989-99567-3-5. <https://iem.fcsh.unl.pt/ebooks/estudos21/>

A obra recenseada é uma edição do IEM – Instituto de Estudos Medievais e do CHAM – Centro de Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, publicada em dezembro de 2019, em formato *e-book*, na série *Estudos*, do IEM. Trata-se de uma obra que reúne um conjunto diverso de artigos sobre as relações entre Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI, particularmente no que concerne à construção das representações – das chamadas paisagens físicas e humanas – e das identidades entre ambos os espaços. Parte, para isso, predominantemente da visão da história da cultura e das mentalidades, conforme é assumido pelo editor (p. 14), mas sem deixar de lado outras perspectivas, como a do campo económico e mercantil. Os estudos reunidos remetem-nos para fontes tipologicamente muito distintas (cronísticas, documentais, epistolares, iconográficas, entre outras), portuguesas e estrangeiras, que testemunham os intercâmbios e a circulação de pessoas, bens e informações. Transmitem-nos, para além disso, o modo como foram percebidos e representados Portugal, a Europa e mesmo os “novos mundos” de então, num período considerado de transição, «da *Respublica Christiana* para uma Europa concebida enquanto cenário emergente das monarquias nacionais e das grandes Casas dinásticas» (p. 10). A maioria destes artigos corresponde a comunicações apresentadas no congresso internacional que dá o título à obra, realizado nos dias 20 e 21 de abril de 2017, ainda que não se verifique uma exata correspondência entre os oradores e as apresentações anunciadas no programa do evento e os textos publicados. No total encontram-se aqui reunidos 18 textos, de 16 autores distintos, distribuídos por 4 partes que compõem a estrutura da obra.

Não obstante a cronologia em que se centram os estudos, Paulo Catarino Lopes não deixa de assumir, na introdução, o objetivo de «tentar estabelecer uma ponte directa entre o passado tardo-medieval e da primeira modernidade com o tempo presente» (p. 14). Só assim se pode compreender que o mesmo autor inicie o texto considerando Portugal e Europa duas «entidades», «uma nacional e outra supranacional» (p. 9), que atribua à quarta parte da obra o título *Fronteiras e Europeização*, ou que parta ainda em busca de um «sentimento europeu» em que as ideias de *Europa* e *Nação* não se configurem necessariamente como antagónicas, mas antes harmonizáveis (p. 14) – termos e discurso claramente do nosso tempo, mas cuja projecção no passado nos levanta dúvidas. Conforme, aliás, é afirmado em diferentes estudos presentes na obra, não é possível falar na existência de um conceito de Europa e de “europeus” para a época, ou de um sentimento de pertença “europeu”. Isso mesmo nos dizem, por exemplo, Amélia Polónia (p. 39) e Francisco José Díaz Marcilla (p. 156), este último constatando a realidade encontrada em crónicas portuguesas. Curiosamente, entre as crónicas de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina que Díaz Marcilla estuda, é apenas em Rui de Pina que este autor encontra uma referência à Europa, e por uma única vez, segundo aponta (p. 156). Essa referência é feita por oposição ao “Império Turco”, expressando que a proto-identidade europeia, a existir, encontra uma das suas bases no fator religioso e na relação com o *Outro*. O mesmo fenómeno é salientado por outros investigadores nesta publicação, que apontam como a visão dos “não-europeus” foi importante para a criação de uma imagem da própria Europa e dos “europeus”, pelo que um maior conhecimento das suas fontes contribuiria para uma melhor compreensão da construção destas identidades.

Alguns dos estudos apresentados traduzem bem aspetos do que eram as relações de Portugal com outras regiões da Europa e as áreas em que esse relacionamento era privilegiado, nomeadamente em relação à Inglaterra, à Flandres e ao Ducado da Borgonha, mas também a Roma e à Península Itálica, e não só. Não podemos, todavia, deixar de apontar o que consideramos ser um excessivo peso das relações com a Alemanha nesta obra, no que se reflete, por exemplo, nos vários artigos que se debruçam sobre a representação de Lisboa por Jerónimo Münzer, Jorge de Ehingen e outros, com algumas repetições. A segunda parte, com o título *Intercâmbios e Interculturalidade*, é disso também reflexo, com apenas três artigos, exclusivamente sobre as relações comerciais com a Liga Hanseática e a Alemanha.

A insistência nessa ligação ao norte e centro da Europa faz, aliás, esquecer o que porventura poderiam ser relações mais próximas e orgânicas de Portugal à época, nomeadamente no âmbito do Mediterrâneo,

onde monarcas portugueses como D. Manuel mantinham importantes interesses estratégicos. Isto já para não nos referirmos ao espaço ibérico, que muito pouca atenção merece, pelo que ficam de fora os diferentes olhares e as diferentes relações e identidades peninsulares. Aqui parecemos fazer sentido a crítica de autores como Brian A. Catlos, em *Can We Talk Mediterranean?*, e de historiadores dedicados a áreas menos consideradas, sobre o modo como os centros de influência e de poder contemporâneos influenciam a atenção da historiografia em favor de outras regiões. Nesse sentido, o artigo de Dejanirah Couto, sobre a fronteira mediterrânica enquanto linha de fratura ou zona de porosidade, a partir do *Livro de Arautos*, vem marcar a diferença – e também José Antonio Guillén Berrendero, no seu estudo a partir da heráldica, nos diz que não é possível entender a realidade ibérica naquele campo sem o Mediterrâneo, o norte de África e a luta contra o Islão.

Em vários dos artigos constituintes desta obra é abordado ainda o *Humanismo Renascentista*, a sua influência em Portugal e os contactos de portugueses na Europa com figuras deste movimento, sendo, nesse âmbito, Damião de Góis inúmeras vezes referido por diferentes autores. Não se foge, todavia, à tendência historiográfica vigente para uma certa redução do intercâmbio e do movimento intelectual da época ao *Humanismo*, separando-se o que se poderia designar uma espécie de *elite*, que frequentemente deixa de fora quem a esta não pertence. Talvez por isso encontremos tantas tentativas forçadas de enquadrar determinada personagem ou obra nesse movimento *humanista*, como as que procuram associar as crónicas de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara à «entrada do Humanismo em Portugal» (p. 306). Para uma época em que o moderno coexiste ainda com o medieval, o olhar da historiografia parece demasiado voltado apenas para um dos lados, votando ao esquecimento outras figuras, elas próprias tantas vezes desconsideradas pelos chamados *humanistas*, sobre quem os historiadores têm feito recair o protagonismo intelectual e cultural da época. Importa, por isso, manter aberto o debate sobre as fronteiras deste Humanismo e os seus mundos exteriores.

Estes são, todavia, alguns dos problemas de uma obra como esta, de compilação de artigos com uma temática assaz abrangente, sem um claro fio condutor, oscilando consoante os temas trabalhados por cada investigador, e em que os assuntos surgem por vezes tratados de forma algo superficial. Relativamente às matérias que conhecemos melhor, por exemplo, não podemos deixar de notar como, no seu artigo sobre a cronística, Díaz Marcilla pouquíssima crítica faz das fontes, cometendo mesmo o erro de afirmar que Rui de Pina foi «nomeado para o cargo de *cronista-mor* do reino em 1490 por João II» (p. 156), quando não é isso o que nos dizem os

documentos e a bibliografia de referência<sup>(1)</sup>. Aliás, já no final do século XVIII o Abade Correia da Serra havia deixado clara essa questão, na introdução que escreveu para a *Crónica de D. Duarte*, publicada no Tomo I dos *Inéditos* da Academia Real das Ciências.

Não obstante, não deixa esta obra de nos apresentar trabalhos que, estando ainda em desenvolvimento ou já na sua forma final, constituem pertinentes contributos para uma área em que tanto falta conhecer.

Jorge António Araújo  
Universidade do Porto, CITCEM, Faculdade de Letras  
jorgemontanhaa@sapo.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-7513-8499>

---

(1) Rui de Pina foi encarregado por D. João II, por carta régia de 1490, de escrever os feitos do reino, mas como cronista oficial manteve-se Vasco Fernandes de Lucena. Só após a subida ao trono de D. Manuel, em 1497, foi nomeado cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo e da Livraria Real.